

Separatismo ou não-separatismo? A escrita da história de Varela e Docca sobre a Farroupilha

Separatism or non-separatism? Writing the history of Varela and Docca about Farroupilha

Pâmela Cristina de Lima

Graduanda em História
Universidade de Passo Fundo - UPF
174267@upf.br

Recebido em: 20/05/2020

Aprovado em: 14/08/2020

RESUMO: A Farroupilha, ou *Guerra dos Farrapos*, é tradicionalmente apresentada pela historiografia como uma guerra regional, iniciada em 1835, como um levante de caráter republicano contra o governo imperial, e protagonizada pela então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porém, desde a gênese da revolução, muitas foram as controvérsias acerca de suas intenções e de seu ideário. Seriam os *farrapos* separatistas? Até que ponto o republicanismo significava *brasilidade*? Buscava-se autonomia à província? No presente trabalho, discorreremos acerca das concepções sobre a Farroupilha. Para tal caminhada teórica, utilizaremos as perspectivas adotadas Emílio Fernandes de Souza Docca e Alfredo Varela.

PALAVRAS-CHAVE: separatismo; não-separatismo; Farrapos.

ABSTRACT: The Farroupilha, or War of the Farrapos, is traditionally presented by historiography as a regional war, begun in 1835, as a Republican uprising against the imperial government, and starred by the then province of St. Pedro do Rio Grande do Sul. However, since the genesis of the revolution, there have been many controversies about their intentions and their ideals. Would it be the separatist rags? To What extent has republicanism meant brasility? Did you Seek autonomy from the province? In the present work, we discuss the conceptions about the Farroupilha. For This theoretical walk, we will use the perspectives adopted by Emílio Fernandes de Souza Docca and Alfredo Varela

KEYWORDS: Separatism, non-separatism, Farrapos.

Introdução

O que foi a Farroupilha?¹ A esta, e a outras indagações similares, a historiografia sul-riograndense ofereceu as mais variadas respostas no decorrer do tempo. Caminhamos desde concepções de um movimento com intenções claramente separatistas (VARELA, 1915), passando pelo separatismo teórico e, por fim, chegando à ideia de brasilidade da *revolução* e à tese de que os farroupilhas eram defensores da soberania brasileira (ORNELLAS, 1948). Por que tantas discordâncias? De Alfredo Varela, perpassando por João Pinto da Silva (1930), Aurélio Porto (1937), Manoelito de Ornellas e Emílio Fernandes de Souza Docca, o movimento teve variadas interpretações.

Devemos, primeiramente, considerar o contexto de composição de cada obra, uma vez que o conhecimento contextual auxilia no entendimento do que o autor quis dizer quando da escrita de suas obras (SILVA, 2015) e, somado a isso, nos auxilia na compreensão da relação da teoria com a realidade do período. Tomaremos como exemplo a obra *Terra Farroupilha*, de Aurélio Porto, escrita em 1937. Considerando o contexto brasileiro da época, remetemos à plena implantação do Estado Novo² e, sete anos antes, à chegada de um gaúcho³ no poder. Nesse contexto de nacionalismo, a história foi utilizada com fins políticos. A legitimação de Getúlio Vargas como um gaúcho que se tornara presidente é concretizada pela afirmação, na obra anteriormente referida, da *brasilidade* dos farrapos e, em outras obras, de uma espécie de *destino manifesto*, onde a integração nacional ocorreria sob a liderança de um gaúcho (BERNARDI, 1981).

Além do mais, é importante considerar que a produção historiográfica sulina avançou quando do surgimento do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS),

¹ A apresentação da Farroupilha como uma “revolução”, de acordo com a produção historiográfica recente, é inadequada. Primeiramente, por não ter havido engajamento popular significativo no processo. Além disso, não a definimos como tal em função de não ter havido mudanças ou rupturas significativas com a conjuntura anterior à sua ocorrência. Sobre isto, ver ZALLA; MENEGAT (2011), SOARES (2016), SOARES (2019).

² “O Estado Novo foi implementado no dia 10 de novembro de 1937. Foi comunicado à população brasileira por meio do programa de rádio Hora do Brasil pelo próprio Vargas. As ações tomadas golpeavam diretamente as instituições democráticas: o Congresso Nacional foi fechado, bem como as assembleias estaduais e câmaras municipais. O Poder Executivo passou a ter o controle efetivo sobre as demais instâncias de poder, com o pleno apoio das lideranças militares” (FERNANDES, 2016).

³ A expressão *gaúcho*, aqui empregada, remete àquela visão construída, idealizada e personificada em Getúlio Vargas. Um homem íntegro, bom e heroicizado, que reflete exatamente a figura do gaúcho proposta por Moysés Vellinho (VELLINHO, 1944). O autor nos mostra o gaúcho como “representativo do brasileiro que vivia na extremadura meridional do país” (*Ibid.*, p. 23), ou seja, o gaúcho como portador de *brasilidade* e que, na figura de Getúlio, agora tem o dever de zelar por sua “pátria amada”. Ou seja, é mais uma forma de inserir o Rio Grande no contexto nacional e, ainda, de demonstrar seus sentimentos nacionais.

que foi fundado em 1920 por uma gama de intelectuais do período, entre eles o militar Emílio Fernandes de Souza Docca. Veremos adiante que o órgão representou a afirmação institucional da *brasilidade* da Farroupilha e, além disso, corroborou para a afirmação dessa visão. Primeiramente, sua revista foi o espaço privilegiado de publicações acerca deste e outros temas. Também cabe citar sua parcialidade no tocante a essa questão; quando das publicações de viés separatistas feitas por Alfredo Varela, o Instituto manifestou sua plena discordância com este autor, reafirmando a tese do caráter brasileiro do movimento (GUTFREIND, 1992). O Instituto sulino formou-se nos moldes do já vigente Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja fundação se dera em 1838, na cidade do Rio de Janeiro. O Instituto teve papel decisivo na “formação” do sentimento nacional e na consolidação da identidade, da brasilidade. Muitos estudiosos foram enviados ao exterior na ânsia de reunir documentos que contivessem informações acerca da América Portuguesa (REIS, 2007). De modo geral, ao emergir, “o IHGB cria as condições para formação da Memória Nacional e ideia de nação brasileira, bem como os primeiros moldes da historiografia brasileira, tornando-se responsável, de certo modo, pela gênese da historiografia brasileira” (ALVES; OLIVEIRA, 2015, p. 2). De um modo geral, o IHGB teve “duas fases” historiográficas, genericamente falando. A primeira fase, período que vai de 1838 (ano de fundação do IHGB), até a década de 1880 do século XIX, fora marcada pelas concepções iniciais acerca do nacionalismo e ideais de pertencimento; a segunda, que se estende de 1880 até meados da década de 1920, onde percebemos uma interpretação que voltava sua atenção ao que se dizia fora do estado, no que tange à memória nacional e modelos políticos, cujos principais expoentes foram Tristão de Alencar Araripe⁴ e João Francisco Assis Brasil⁵. A produção do IHGB contou com a “colaboração” do IHGRGS, que foi fundado em 1920, corroborando com a atribuição de sentido ao patriotismo e inserção do Rio Grande do Sul no contexto nacional. Como principal expoente tivemos Souza Docca, um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sobre o qual discorreremos posteriormente. No que tange às concepções divergentes acerca da *brasilidade* ou não da

⁴ Em *Guerra Civil do Rio Grande do Sul*, 1880, o autor trata o a Revolução como guerra civil. Para ele, o que primava entre os revoltosos eram os interesses particulares, não os da nação. Os verdadeiros republicanos teriam sido os participantes da Confederação do Equador, que teriam priorizado a causa democrática (RODRIGUES, 2013). No entanto, não houve acusação de separatismo.

⁵ Percebe-se na obra desse autor, sobretudo em *A República Rio-Grandense*, que o uso do passado farroupilha se deu com fins de formação ideológica (*ibid.*, 2013). Assis Brasil via a revolução como vinda de um sentimento de contrariedade também presente em outras províncias, uma vez que um território extenso como o do Brasil não devia ser governado de forma única, justificando assim a autonomia provincial. O autor elenca um italiano chamado Zambeccari como principal na Revolução, afastando da região do Prata a gênese do movimento. C.f. BRASIL (1982).

Farroupilha, tanto o Instituto sulino quanto o brasileiro fizeram parte da efervescência de publicações⁶. Acerca da historiografia do período, discorreremos brevemente a seguir.

A Farroupilha: algumas considerações

Antes de iniciarmos a análise historiográfica sobre os escritos de Varela e Docca, precisamos apresentar brevemente o que foi a Farroupilha, de acordo com os estudos mais recentes sobre o tema. Para tal, iremos utilizar alguns trabalhos que são referência no tema, como o de Eduardo Scheidt (2002), Jocelito Zalla e Carla Menegat (2011) e Mara Rodrigues (2013). Começamos pela análise do último artigo mencionado.

Em *A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935)*, publicado em 2013, Rodrigues apresenta as maneiras como a Farroupilha foi compreendida, interpretada e apropriada pelo IHGB nos anos próximos a seu primeiro centenário. É de uma de suas notas de rodapé que tomamos emprestada a definição do que foi a Farroupilha:

Revolução Farroupilha foi o nome pelo qual se tornou conhecida a guerra civil que, entre os anos de 1835 e 1845, opôs senhores de terra e criadores de gado em várias partes da província do Rio Grande de São Pedro, localizada no extremo sul do Brasil, ao governo imperial brasileiro e seus representantes. Dentre as motivações do conflito, podem ser apontadas questões de ordem econômica, como a demanda dos criadores e charqueadores pela proteção do governo imperial da carne salgada produzida no sul em relação à que se importava do Uruguai a preços mais baixos. Agregavam-se a esse problema econômico motivações de ordem política, relacionadas ao processo de construção e centralização do estado nacional brasileiro em curso desde a independência do país, em 1822. Os rebeldes se autodenominavam “farrapos”, termo que denominava um movimento liberal extremista originário da corte, em 1831. O movimento rebelde teve algum sucesso militar, pois além de alongar o conflito por quase dez anos, logrou estabelecer um governo republicano que proclamou sua autonomia do Império brasileiro. O conflito foi finalizado com um acordo de paz que reintegrou a província sulina ao Império brasileiro, bastante vantajoso aos chefes farrapos, mas extremamente prejudicial a muitos de seus escravos que haviam sido libertos durante a guerra (RODRIGUES, 2013, p. 162).

A autora aponta que parte dos intelectuais do IHGB tinha sua atenção voltada ao cenário nacional, visando a disputar o poder nele existente. Outra parte, por sua vez, limitava os vínculos entre nacional e regional sobretudo à legitimação das ambições de Getúlio Vargas, conforme referimos mais acima. A autora menciona, ainda, que demorou muito tempo para que algo sobre

⁶ Cabe citar a importância que a revista do IHGRGS teve na circulação dos textos da época. A Revista teve sua primeira edição em 1921.

a Farroupilha fosse publicado na revista do IHGB, e que isto teria se dado apenas em 1880, décadas após o conflito.

Afunilando um pouco a análise, poderemos pensar como se deu a interpretação da Farroupilha em seu *espaço* de ocorrência: o Rio Grande do Sul. A Farroupilha, desde o contexto de sua ocorrência, esteve presente em variadas obras, cartas pessoais, folhetins e jornais. A escrita sobre o episódio iniciado em 1835 conheceu seu advento no dia 25 de setembro do mesmo ano, cinco dias após a deposição do presidente da província de São Pedro, em um manifesto no qual Bento Gonçalves explicou os motivos do ocorrido (SOARES, 2019). Na literatura, o conflito conheceu amplo destaque, sendo escritas várias histórias de romance sob a tensão das guerras e lutas armadas.¹³ A Farroupilha, portanto, converteu-se tanto em tema literário, quanto historiográfico (BOEIRA, 2019). Em função de ter composto a agenda historiográfica sul-rio-grandense e nacional, por meio da atuação dos Institutos Históricos, a presença da Farroupilha na escrita da história dos séculos XIX e XX, sobretudo este último, fora “fantasmagórica”, ou seja, atuara como uma ameaça simbólica à coesão do *edifício* nacional, tão cara e almejada pelo governo central (*Ibid.*, 2019).

No seio do movimento, as relações entre província e Império levaram a um jogo de batalhas discursivas, onde havia a noção de “que fora o Império que falhara com a província” e, ainda, “a de que o papel que cabe aos sul-rio-grandenses é o do protagonismo no contexto da nação” e, assim sendo, era “a nação [que] obrigava sua parte a se manifestar” (ZALLA e MENEGAT, 2011, p. 51). Além disso, o discurso sobre a Farroupilha também contemplou a apresentação desta como algo uníssono, ou seja, como se todas as *vozes* provincianas ecoassem no sentido de refutar as “injustiças” imperiais. Deste modo, o discurso acerca da Farroupilha negligencia três fatores principais: a) as conturbadas relações entre Estado e Província, que acabaram por desencadear o levante farrapo, mas que foram justificadas como uma negligência do primeiro para com a segunda, o que teria obrigado uma reação efetiva de uma das partes, legitimando a revolta farrapa e a ideia do protagonismo sul-rio-grandense; b) a adesão de uma parte pequena dos sul-rio-grandenses ao conflito, sobretudo militares e grandes proprietários; e c) a divergência de interesses entre os próprios revoltosos, que tinham em suas mãos uma nova república, mas que precisavam decidir quais seriam seus rumos a partir de então.

Na historiografia acerca da Farroupilha, produzida pelos intelectuais do IHGRGS, dois foram os impasses principais (SCHEIDT, 2006): a) houve influência platina no Rio Grande, num

intercâmbio cultural bilateral, e não apenas belicoso?; e b) ao fundar uma república independente do Brasil, a intenção fora separatista, ou preconizara o sistema futuro? São estes os pontos principais de divergência entre os intelectuais cujos escritos tomamos como objeto no presente artigo.

Historiografia sul-rio-grandense: um breve panorama

Situamos o início de nossa análise no século XX. A efervescência científicista consolidada no século anterior havia também chegado à operação historiográfica, isto é, ao modo de se conceber e escrever a História no início do século XX, sobretudo a partir dos anos 1920-30. Tivemos um novo fazer historiográfico, dito científico. Trazendo tal contexto à produção historiográfica sul-rio-grandense, percebemos que a mesma estava ainda mergulhada na literatura (GUTFREIND, 1992). Tínhamos ainda presente, dentro do *fazer historiográfico* geral, a ideia de uma História que registra os “grandes homens”, representantes de poder, para a posteridade (ARENDETT, 2002) e, mais ainda, que mantinha a tradição “viva” de modo a fabular, construir um modelo a ser seguido posteriormente (GAGNEBIN, 1999). Esses são os fatores primordiais para entender a composição historiográfica do Rio Grande do Sul no primeiro quartel e, sobretudo, na metade do segundo quartel do século XX, pautada em narrar revoluções, acontecimentos e personagens. Em menor escala, tivemos manuais historiográficos, como o *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul*, de Dante de Laytano (1979). Em tal obra, o autor realiza uma síntese de autores e obras do período, caracterizando-se seus escritos mais como descritivos do que como analíticos. Outro manual a ser citado é o de Marlene Medaglia Almeida (1983), que discorre sobre o entendimento do que devia ser um trabalho historiográfico em sua *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense*.

A produção historiográfica teve caráter legitimador, sobretudo no início do século XX. Conforme Ieda Gutfreind:

Criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo, e finalmente conseguindo com a Revolução de 30, foi a tarefa que os construtores da História gaúcha se impuseram desde a década de 1920. A produção historiográfica corrobora a afirmação (GUTFREIND, 1992).

De obras literárias a historiográficas, de escritos sobre revoluções a biografias, a historiografia dos séculos XIX e XX no Rio Grande do Sul foi marcada por uma preocupação comum: a definição da natureza e das origens do *gaúcho*, bem como do Rio Grande, mesmo com

diferentes orientações⁷ (*Ibid.*, 1992). Tal preocupação perpassou por vários intelectuais, e recaiu nas interpretações sobre a Farroupilha. Tivemos, em 1835, uma liderança em prol da “união brasileira” ou da autonomia rio-grandense? Os autores, cada qual a seu modo, entre discordâncias e corroborações, levantaram as mais variadas concepções. Além do mais, devemos considerar que o contexto de maior efervescência historiográfica sulina se deu concomitantemente ao surgimento do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).⁸ O Instituto corroborava com as ideias de seu “irmão maior”, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). No período estado-novista, a identidade nacional estava em pleno processo de emergência (diga-se construção) e, para fazê-la, era utilizado o pressuposto de que se dava a consolidação de uma “escrita oficial da história” (ARMANI, 2012).

Mas, o contexto de afirmação nacional teria colaborado na afirmação de *brasilidade* do sul-rio-grandense? Além disso, teria o ideário de identidade brasileira exercido influência sobre a variedade de interpretações sobre a Farroupilha e, ainda, sobre a tentativa de “autenticar” o gaúcho enquanto indivíduo com sentimentos de “amor à pátria”?⁹ Na tentativa de melhor responder tais questões, nosso trabalho se divide em três partes. Apresentamos um panorama geral acerca do contexto da época, marcado pelas produções do IHGB e, posteriormente, deste junto ao IHGRGS. Agora, analisaremos as diferentes concepções de cada autor acerca do movimento farroupilha, considerando suas perspectivas no tocante aos ideais revolucionários de separatismo ou não-separatismo. Em seguida, à guisa de conclusão, faremos uma relação entre as perspectivas dos autores, contrapondo seus entendimentos e identificando pontos em comum. Iniciaremos com Alfredo Varela e seu entendimento separatista da Farroupilha.

Alfredo Varela: autonomia e separatismo

⁷ A análise das origens gaúchas se deu, na maioria das vezes, pela contraposição de obras que viam (ou não) a influência das sociedades platinas na formação do Rio Grande do Sul no que diz respeito a costumes, tradições e até mesmo ações (como o caso da polêmica em torno da Revolução Farroupilha, a qual tomamos como objeto). No tocante ao início da divergência de opiniões na busca das origens, que remonta ao século XIX, tivemos controvérsias quanto à inserção ou não de influência platina. Enquanto alguns autores destacavam apenas a participação portuguesa (como José Feliciano Fernandes Pinheiro, nos *Anais da Província de São Pedro*, de 1822), outros aceitavam e defendiam a existência de intercâmbios com a área do Prata (a exemplo de Alcides Lima, em sua *História Popular do Rio Grande do Sul*, de 1883. C. f. LIMA (1983). Aos primeiros, atribuiu-se o uso da *matriz lusã* e, aos últimos, a adoção da *matriz platina* (GUTFREIND, 1992), a nosso entendimento uma divisão um tanto genérica, se considerarmos a diversidade de perspectivas e abordagens passíveis de serem usadas na análise.

⁸ Sobre o IHGRGS, ver as teses de doutorado de Letícia Borges Nedel (2005) e Jefferson Telles Martins (2015).

⁹ Frise-se que, para o presente artigo, serão enfocadas e analisadas as interpretações de Alfredo Varela e Emílio de Souza Docca, embora se reconheça que foram vários os autores, em diferentes contextos, que interpretaram e apropriaram a Farroupilha para determinados fins. Sobre isto, ver Zalla e Menegat (2011).

Antes de discorrer propriamente acerca de Alfredo Varella e sua tese de separatismo e autonomia rio-grandense, cabem algumas considerações gerais. No trato à Farroupilha, percebe-se que as divergências estiveram fundadas em dois impasses principais (SCHEIDT, 2006). Primeiramente, a questão da admissão ou não da influência platina sobre o ocorrido, e também sobre a cultura e o *ser* gaúcho, isto é, sobre quem *ele* era, como era, como se “formou”... O outro impasse vem a ser o caráter separatista da *Revolução*, levantado por alguns autores do tema, enquanto outros afirmaram ferrenhamente a brasilidade da *Revolução* e do gaúcho em si¹⁰. Na concepção de Gutfreind (1992, p. 124), mesmo que houvesse divergência dos grupos intelectuais quanto ao caráter do evento e à incorporação ou não de influências platinas, ambos estavam nesse impasse por uma mesma razão:

[...] mesmo em um caminho diverso na interpretação, [...] se encontravam numa vala comum, almejando para esse momento histórico [contexto de 1930 e posteridade imediata] a integridade nacional; aí fundiam-se todos, sejam defensores da brasilidade farroupilha ou das pretensões separatistas, quer federalistas ou unitários.

Alfredo Augusto Varella de Vilares nasceu em 1874, na cidade sul-rio-grandense de Jaguarão. Desde cedo esteve em contato com o contexto fronteiriço e as respectivas relações com o Prata. Estando ali inserido, Varella alimentou uma admiração pelos movimentos das tropas, fossem essas brasileiras ou da região vizinha (SILVA, 2010). Participou como militante nos momentos iniciais do que viria a ser a gênese do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), no início do século passado. Leitor assíduo de grandes obras, iniciou-se nos ensaios históricos em 1897, através de *Rio Grande do Sul: Descrição física, histórica e econômica*. Escritor de variadas obras¹¹, as quais incluíam a temática sul-rio-grandense, Varella recebeu críticas e adquiriu pouco espaço

¹⁰ Quanto aos teóricos do separatismo, podemos citar Alfredo Varella, João Pinto da Silva e seu separatismo teórico e Barcellos, com a ideia de separatismo expediente (comparação da Revolução Farroupilha com os demais levantes regionais do período). Os teóricos que discorreram acerca do não-separatismo dos *farrapos* foram Emílio Fernandes de Souza Docca (que vê a revolução como veiculada às anteriores), Othelo Rosa (que nega influências estrangeiras na região), Moisés Vellinho (que afirma o desejo de integração nacional por parte dos sul-rio-grandenses) e, por fim, Manoelito de Ornellas (que defende os *gaúchos* como desejosos da soberania brasileira). Para tais considerações, consideramos a tabela elaborada por Ieda Gutfreind em *A Historiografia Rio-Grandense* (GUTFREIND, 1992, p. 13).

¹¹ Entre as principais obras de Varella, destacamos aqui aquelas que tratam de assuntos particulares e especificidades, no que tange Rio Grande do Sul. Temos *Rio Grande do Sul: Descrição física, histórica e econômica* (1897), *Revoluções Cisplatinas* (1915), *Política Brasileira: Interna e Externa* (1929) e *História da Grande Revolução* (1933). Ambas tratam, em maior ou menor escala, das controvérsias acerca da interpretação da Revolução Farroupilha, da brasilidade do movimento e do *gaúcho* em si e, ainda, da semelhança ou não semelhança com os *gaúchos platinos*, sejam elas físicas, psíquicas ou culturais.

no contexto historiográfico vigente, uma vez que suas obras iam na contramão das tendências¹² do primeiro quartel do século XX.

No que tange à figura do Rio Grande do Sul, várias foram as ênfases. Varella compôs escritos carregados de carga simbólica, percebidos na questão da natureza, que era apresentada de forma harmônica com seus habitantes. Em outras palavras, suas obras contavam com uma alta carga de determinismo geográfico, chegando inclusive a estabelecer uma dialética entre homem e natureza, onde o *habitat* seria um instrumento à evolução (FUÃO, 2009). Além do mais, apontava o estado sulino como portador de especificidades que o tornavam único¹³. A exaltação da relação entre homem e natureza, bem como a peculiaridade do meio, são notadamente inseridas por Varella em seus escritos.

O principal aspecto presente na obra de Varella é a tese de separatismo. Em meio ao contexto de afirmação nacional, o autor afirmou a intenção separatista da Farroupilha. Varella via a década de 1830 como o auge das “propensões antiunitárias” (*Ibid.*, 1992). O autor considerava o Rio Grande do Sul como um “país”, uma “pátria” mediadora entre família e humanidade, devendo seu tamanho ser suficiente para que houvesse contato e convivência entre seus membros, características estas que, para ele, o Estado sulino possuía. Varella, como já referido anteriormente, enfatizava as especificidades sul-rio-grandenses, apontando para um Estado autônomo, que sobreviveria por meio de suas potencialidades. Em suma, via o Rio Grande do Sul como voltado a si mesmo, não para o Brasil (*Idem, Ibid.*, p. 17). Além do mais, percebemos em Varella a eminente vontade de “demonstrar a verdade”, que ele enfatiza em suas obras:

Ao meu Rio Grande

Há mais de três décadas, um rapazito de 14 anos, inflamado no culto das tradições pátrias, jurou a si mesmo dedicar-se à comprovação do que negava a crônica interesseira, para a qual eram homens destituídos em absoluto de toda e qualquer fé política, os rebeldes de 1835. O adolescente criara-se no âmbito da primitiva conspiração, presumia ter apanhado o que nela se tramava, grata confiança lhe segredando que era o verdadeiro ideal dos combinados, o que se propunha fixar (VARELLA, 1915, p. 9).

¹² Utilizamos o vocábulo *tendências* para ressaltar a historiografia dominante do período dos escritos de Varella, ou seja, aquela produzida com fins de legitimação e afirmação da *brasilidade* do gaúcho, da máxima de negação de influências platinas, da diferenciação entre *castelhanos* e *gaúchos* no tocante ao modo de ser e, ainda, àquela afirmação de “independência ideológica” sul-rio-grandense quanto a influências externas no tocante à *Grande Revolução*.

¹³ O autor explicitava o território fronteiriço, e como este estava destacadamente relacionado ao Prata. A especificidade sul-rio-grandense estava, portanto, na defesa dos laços existentes entre o todo, mas, como já se afirmou, sem negar laços com os platinos (GUTFREIND, 1992).

Na passagem acima, percebemos características marcantes da obra de Alfredo Varella. Em primeiro lugar, o autor destaca uma espécie de “juramento”, uma promessa a si mesmo, de escrever de forma comprobatória, ou seja, exalta o compromisso com a verdade. Perceba-se, no entanto, os limites disto. Escrever a verdade, conforme sabemos hoje, não é possível. O que fazemos enquanto historiadores, no entanto, são representações plausíveis do ocorrido, com base em rigor metodológico. Em segundo lugar, Varella dirige uma crítica à “crônica interesseira”, ou seja, à forma como o autor concebia a maneira vigente de escrita, dentro do IHGRGS e IHGB, cerceada por pretensões e permeada de parcialidade. Somado a isso, um terceiro ponto chama-nos atenção: há a preocupação em ter autores que escrevam sem estar imbuídos de ideais políticos que possam influenciar seus escritos¹⁴. O quarto ponto refere-se à inserção precoce de Varella no contexto de fronteiras.

Na breve análise sobre as concepções de Varella e sobre as razões que, para o autor, fizeram do Rio Grande do Sul um estado peculiar, enfatizamos o impacto destas na visão separatista do mesmo, no que tange à Farroupilha. O separatismo, tendo Varella como expoente, concebeu a ideia de que a soberania do sul brasileiro seria benéfica aos demais Estados que continuariam formando a nação, de modo que tornaria claras as relações abusivas de paternalismo e coronelismo vigentes (LUVIZOTTO, 2003). Além do mais, percebe-se claramente as justificativas republicanas, a defesa da Federação e a aproximação às áreas platinas, no que tange à assimilação cultural, intercâmbio de ideias e modos de vida. Mesmo justificando o separatismo e demonstrando condições para que o mesmo se concretizasse, a historiografia situada na *matriz platina* de Ieda Gutfreind acabou refutada em detrimento de outra surgida a partir de 1920, que viria a predominar na produção intelectual do período, na qual não teria espaço para Varella, que passou a ser concebido como “um inimigo de deveria ser neutralizado entre a elite intelectual sulina” (GUTFREIND, 1992). Conforme podemos perceber, Varella tinha consciência do porquê de sua *condenação*, ou seja, do motivo pelo qual seus escritos não tiveram espaço em meio ao IHGB e IHGRGS

Andam num tresvário permanente os que me condenam e feracíssimos, porque não escrevi uma HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO, *ad usum delphini*,

¹⁴ Varella coloca este ponto como forma de demonstrar o contexto que se formava no período. Em 1915, ano em que publicou *Revoluções cisplatinas: a república rio-grandense*, emergiam os escritos enfáticos à *brasilidade* e à afirmação do Rio Grande do Sul no contexto nacional. A título de exemplo, temos a obra de Emílio Fernandes de Souza Docca, de 1912, intitulada *A proclamação da república no Brasil: estudo histórico*, onde as pretensões nacionalistas começam a ser delineadas. É preciso perceber, no entanto, que os ideais políticos se fazem presentes. Escreve-se a história de um ponto de vista político, ou seja, partindo de um posicionamento.

isto é, para a leitura aprazível dos principótes de nossa bastarda, inepta democracia, e da sua aula de incensadores (VARELLA *apud* SILVA, 2010, p. 176).

Percebemos, na passagem anterior, que há certa ambiguidade neste escrito de Varella; tornar a leitura aprazível alude diretamente à forma como escreviam os demais historiadores, que vinham a corroborar com a produção nacionalista, de identidade e de pertença, seja no estilo literário, seja no conteúdo pautado no *sentimento nacional* e *brasilidade*. Percebemos, ainda, algumas concepções acerca da Farroupilha e do Rio Grande do Sul em geral, que ratificam seus pontos de vista, já tratados anteriormente.

[...] [O Rio Grande do Sul] no período revolucionário iniciado em 1835, assombrou o mundo com os mais sublimes feitos, honrando o gênero humano em rasgos imorríveis de civismo e abnegação, ainda não excedidos por povo algum da Terra, na defesa imortal da bandeira que hasteara! E não só nessa guerra, como em todas as outras, [...], o Rio-grandense revelou-se digno dos seus antecedentes; não houve sacrifício que não sofresse pela causa comum, [...] (VARELLA *apud* FUÃO, 2009, p.60).

O que percebemos é a força com a qual se faz presente a exaltação da bravura do sul-rio-grandense, tomando forma de *epopeia* (SILVA, 2010), isto é, mostrando o sujeito coletivo do rio-grandense como bravo, guerreiro, corajoso, etc. e, além disso, enfatizando seu papel marcante e pioneiro, no que tange à honra, à negação de tendências “egoísticas” em detrimento ao bem comum e, ainda à extrema dedicação pela causa defendida, pela *bandeira que hasteara*, ou seja, pela defesa do intuito republicano e separatista do Rio Grande do Sul.

A *brasilidade* do gaúcho e a *lusitanidade* do Brasil: constructos de Emílio Fernandes de Souza Docca

A operação historiográfica no pós-1920, pautada na ideia da construção do ideal de pertencimento e coesão nacional, conheceu o conceito de *nacionalismo* como *conceito-síntese*. A produção historiográfica esteve marcadamente voltada à consagração e legitimação da unidade nacional, seja ela política, cultural ou ideológica. Esse aspecto é perceptível por vários fatores, mas consideramos como principal o fato de contarmos com a atuação do IHGRGS, assegurada pelo IHGB, que mesmo cedendo espaço a obras de outras vertentes¹⁵, mostrava-se

¹⁵ No Parecer do IHGRGS, assinado pelos intelectuais afirmantes da *brasilidade* sul rio-grandense, constam algumas considerações importantes. Em primeiro lugar, o Instituto deixa clara sua participação no patrocínio das obras de Alfredo Varella, separatistas, mas enfatiza que não era solidário aos pontos de vista emitidos em tais obras. Em segundo lugar, percebe-se uma clara negação do separatismo, enfatizando a “integridade de um alto sentimento de brasilidade” e legitimando que a “independência da Província foi apenas um meio e não um fim” (GUTFREIND, 1992).

absolutamente concordante com o *historiar para o nacionalismo*. Em outras palavras, percebemos obras e autores expoentes na defesa de um Rio Grande do Sul que não era separatista, nem platino, e que primava pela Ordem e Progresso da nação (GUTFREIND, 1992). Varella, enquanto separatista, definitivamente não teve espaço nessa historiografia, e inclusive foi rebatido e duramente criticado¹⁶. Quanto ao quadro do IHGB no contexto analisado, Mara Rodrigues faz algumas considerações:

Acompanhando-se rapidamente as trajetórias dos sócios sul-rio-grandenses no interior do IHGB antes de 1921, pode-se dizer que algumas indicações não primavam pelo critério do merecimento intelectual. Os pareceres das comissões de história e de sócios do IHGB não deixam dúvida, por exemplo, sobre o caráter predominantemente político [...]. Foi Souza Docca que iniciou de forma mais explícita a operação de reabilitação das lideranças farroupilhas na memória histórica nacional. Apesar de não ter sido o primeiro sul-rio-grandense a ser lembrado para ingressar no IHGB em 1921, foi o mais atuante dos três que ingressaram nesse ano, chegando a sócio efetivo alguns anos depois (RODRIGUES, 2013, p. 171 – 172).

A importância de Emílio Fernandes de Souza Docca foi além de sua atuação como sócio fundador do Instituto. Militar de carreira, Docca foi um dos defensores ferrenhos do nacionalismo e, em especial, da *brasilidade* rio-grandense. Quando do ingresso do autor no IHGB, e da emergência de suas primeiras concepções,

[...] o que se tinha [...] era um sul-rio-grandense proclamando em conferência no IHGB que Bento Gonçalves era um chefe bem-intencionado, mas volúvel e influenciável; que a República não era uma força atávica no Rio Grande, já que ela vingara por obra dos republicanos de outras províncias brasileiras e do estrangeiro que haviam trazido suas más influências aos farrapos; por fim, o povo gaúcho era afeito à violência e à desordem. Os heróis do passado reviviam no historiador do presente. [...] Os caudilhos eram reabilitados ao mesmo tempo em que os sul-rio-grandenses ingressavam na sua era historiográfica. A mediação de Souza Docca se via legitimada pela noção de patriotismo e pelo estabelecimento da continuidade entre o passado e presente (*Ibid.*, p. 174 – 175).

No tocante à produção historiográfica de Docca constata-se uma produção saudosista, cerceada por construtos de identidade marcados por aproximações temáticas, de modo a manter a articulação social (ARMANI, 2002), sendo que o autor fora influenciado pelo ideário positivista, um dos quais seguia em meio ao seu ecletismo teórico (GUTFREIND, 1992). Esse viés

¹⁶ Spencer Leitman, em *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos; um capítulo na história do Brasil do século XIX* (1979), coloca que “quase todos os historiadores brasileiros têm posição contrária às interpretações do rio-grandense Alfredo Varella. [...] Seu ponto de vista, no Brasil nacionalista de hoje, é considerado como tendo atingido o limiar da traição”.

positivista era perceptível pela linearidade que o autor aplicava em suas datações. Além disso, elaborava hipóteses pautado em ideais morais e cívicos, muitas vezes sem o necessário aprofundamento¹⁷.

Em *Gente Sul-Rio-Grandense* (1940), Docca tem como intenção desconstruir o separatismo proposto anteriormente por Alfredo Varella, que considerava os contatos com a região do Prata. É interessante perceber que o nacionalismo do autor teve relação direta com seus vínculos pessoais e com o contexto do período. Sua ligação a Getúlio Vargas embasou sua concepção de que o Estado Novo foi a verdadeira revolução, uma vez que foi capaz de dissolver particularismos, circunscrevendo-os a uma só bandeira (SILVA, 2015). Docca faz menção ao gaúcho da região de fronteira, que teria zelado pela defesa e manutenção da ordem.

No tocante à Revolução Farroupilha, a principal preocupação de Docca foi a busca pela comprovação do sentimento de nacionalidade do sul-rio-grandense. Houve, por parte do autor, a incessante tentativa de provar o não-separatismo e a *brasilidade* dos farrapos, evidenciada pela afirmação de que eles não almejavam a separação, mas sim a implementação do *federativismo*, o que seria uma tendência orgânica do povo brasileiro em meio ao tamanho do território e das diferenças entre as distintas regiões (SCHEIDT, 2006). Por essa razão, Docca deferiu críticas ferrenhas a Varella.

O autor separatista [refere-se a Varella] não fez prosélitos entre os estudiosos de nosso passado, mas tem sido auxiliar magnífico dos interessados, por explorações políticas, em desprestigiar aos olhos do grande público, os sentimentos de patriotismo dos rio-grandenses. Os historiadores sinceros, os historiadores sem disfarce, sem ideias preconcebidas que têm meditado sobre o assunto, afirmaram sempre e continuam afirmando o que o retovado procura negar. Estamos no limiar do primeiro centenário da cruzada portentosa e o grande público deve ser honestamente informado do verdadeiro ideal dos farroupilhas, ideal esse vazado em documentação vultosa e interessante, mas só conhecida dos estudiosos, e relatado em trabalhos de mérito, mas de divulgação restrita (DOCCA *apud* ARMANI, 2012, p. 199).

Esse fragmento explicita as principais concepções de Souza Docca. Sabendo-se que o patriotismo, o saudosismo e o civismo marcaram seus escritos (ARMANI, 2002), percebe-se que sua crítica a Varella provém do que este último escreve e concebe: o tema do separatismo, que figura como um afronte aos sentimentos dos *gaúchos*. Ou seja, as ideias separatistas poderiam romper com a *brasilidade* que Docca defendia. Além disso, é perceptível a ênfase ao fato de que os

¹⁷ Cabe uma ressalva. Docca era um militar que *historiava*, não um historiador que *militava*. O compromisso com a verdade e o uso contextualizado da interpretação e subjetividade histórica não compunham seu *metier*.

autores *meditavam*¹⁸ sobre o tema, chegando à conclusão de que o separatismo proposto por Varella não era aceitável. Destacamos também que o intuito nacionalista era pertinente no contexto. Não havia uma forma mais eficiente de legitimar a *brasilidade* do estado sulino desde as origens do que evocando o gaúcho dos pampas e o sentimento nacional dos farrapos no momento em que a Revolução Farroupilha chegava ao seu centenário, por isso a eminente convocação a informar o grande público sobre o *verdadeiro ideal* farroupilha. Em outras palavras, o centenário foi tornado um momento simbólico, de afirmação do sentimento nacional. Além do mais, fica clara sua orientação positivista na menção enfática do uso de uma *documentação vultosa e interessante*, o que denota a desconsideração com o acréscimo de subjetividade que Varella fazia às suas obras, quando escrevia sobre os contatos com a região platina considerando suas percepções e vivências, e na exaltação dos grandes homens e da bravura do estado sulino.

Souza Docca apresentava, desta forma, novos elementos no processo de enquadramento e reabilitação da memória farroupilha. A um só tempo, o movimento que manteve durante dez anos uma guerra contra o Império tornava-se não somente digno e glorioso, mas também *patriótico* e indispensável à integridade da nação! Após uma verdadeira operação de glorificação, nos anos precedentes, em relação às individualidades farroupilhas — que agora pairavam com suas auras de grandes homens, desprendidos e corajosos, acima das controvérsias ideológicas do conflito —, o próprio *caráter* do evento sofria uma releitura (RODRIGUES, 2013, p. 178 – 179. Grifo da autora).

É preciso considerar que Docca foi um homem de seu tempo, escrevendo imerso nos acontecimentos e tendências intelectuais e historiográficas de pensamento. Suas teses e obras corroboram com uma história pedagógica, voltada ao ensino e pautada em termos cívicos (ARMANI, 2012). Seus escritos foram permeados pelo cientificismo¹⁹, ocorrendo um apagamento da influência africana no estado sulino, relacionando a cultura africana a hábitos estereotipados.

Eram fetichistas [refere-se aos africanos *Minas*]. Em geral bem proporcionados, de porte airoso, cor azeitonada (...) menos carregada que a dos negros puros, esquivos aos trabalhos pesados. Tinham temperamento dócil; eram

¹⁸ Seria a *meditação* uma forma de reflexão e estudo ou seria ela forma como Docca lançava hipóteses de cunho moral, sem a necessária base teórica, com base no que era conveniente ao período de afirmação nacional?

¹⁹ A respeito do cientificismo, Schimidt (2001, p. 113 – 114) argumenta que “os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX foram marcados pela difusão de diversas teorias científicas que deixaram marcas profundas no estudo da natureza (com o evolucionismo de Darwin) e da sociedade (com o positivismo de Comte e o darwinismo social de Spencer), no direito e na psiquiatria (com a antropologia criminal de Cesare Lombroso e Enrico Ferri) e mesmo na religião (com o kardecismo). Tais correntes procuravam romper com as explicações abstratas e metafísicas, buscando desvendar racionalmente a lógica do mundo natural, social, humano e sobrenatural, preferencialmente através da observação empírica. Todas tinham como ponto em comum a convicção de que a ciência e a técnica poderiam resolver os problemas básicos da humanidade”.

extremamente afetivos e leais – daí procede sua nobre e notável dedicação aos seus senhores e, particularmente, aos filhos destes. Eram amantes das festas, inclinados à *embriaguês* e de *temperamento sensual*. Tinham queda especial pela arte culinária e, por isso, preferidos para os trabalhos de cozinha (DOCCA *apud* SILVA, 2015, p. 107).

Os escritos de Souza Docca contemplam também os indígenas. O autor distingue dois *grupos* como mais influentes na identidade gaúcha: minuanos e charruas. Esses grupos, como provenientes dos pampas, condiziam com o estereótipo no qual cria o autor, ou seja, a afinidade com o mundo rural, *tipicamente* gaúcho. Para Docca, os indígenas eram hábeis por terem mantido contato com os estancieiros e, além disso, ser considerados dignos de estar *lado a lado* com o patrão no trabalho, e estavam acima do *elemento negro* por ter estado presente em um passado distante, trabalhando em prol do progresso rio-grandense.

Notadamente, o papel primordial de civilizador e *bonicidade* recaiu sobre o europeu, mais especificamente o português (GUTFREIND, 1992). Segundo Sarah Silva (2015), Docca menciona a influência europeia, também, por meio do *elemento italiano* e do *elemento germânico*. O primeiro é apresentado por Docca como portador de origem latina, portanto consanguíneo com os brasileiros, apegados à pátria e ao trabalho. O segundo apresentou subdivisões²⁰, e foi definido com uma característica principal: a propensão ao trabalho devido ao seu espírito de ordem e disciplina. Além disso, Silva (*ibid.*, p. 113) também discorre acerca dos sistemas sociais formadores do Rio Grande do Sul na concepção de Souza Docca: a estância e o espírito militar.

As grandes propriedades rurais construídas pela aristocracia lusitana seriam caracterizadas pela conformação de “células sociais”, onde as relações entre patrões e empregados se articulariam dentro de um espírito democrático proporcionado pelas lides no campo, pela natureza igualitária dos lusitanos, e pelas relações de trabalho escravistas do pampa, sempre mais bandas em comparação às charqueadas localizadas do sul do Rio Grande. Ainda, de acordo com Souza Docca, poucos teriam sido os negros presentes nas estâncias, já que supostamente desnecessários devido à natureza do trabalho na pecuária. Quanto ao igualitário espírito militar, este teria se desenvolvido em campanhas bélicas de defesa de fronteiras, expressas na conformação de acampamentos tão democráticos quanto as estâncias.

Docca pertencia ao que Ieda Gutfreind (1992) denominou *matriz lusitana*, ou seja, o autor minimizava ou negava as influências e contatos com a área platina, defendendo a supremacia da

²⁰ Houve a classificação do *elemento germânico* em dois grupos. O primeiro grupo era formado por imigrantes loiros com a pele clara, superiores ao ver de Docca. O segundo grupo eram menos *arianos*, por isso ficaram em um nível inferior. C.f. SILVA (2015).

cultura lusitana. Nesse âmbito, a autora destaca que Docca elencava temas principais a serem estudados,²¹ todos relacionados com a afirmação da *lusitanidade* brasileira e gaúcha. Ainda segundo Gutfreind, outro aspecto presente nas concepções de Docca foi o determinismo²², perceptível pela adesão às três fases de Cousin²³ e, além disso, possuía a percepção de uma *historia magistral vitae*.

Sintetizando a complexidade do pensamento de Docca, podemos afirmar que o *fio condutor*²⁴ de sua análise foi a nacionalidade. Da afirmação do sentimento nacional, perpassando pela *lusitanidade* da formação brasileira e *brasilidade* da Revolução Farroupilha, Souza Docca *manteve* na história os personagens que lhe couberam (o índio em relações amigáveis com o estancieiro nos pampas, o português que origina o gaúcho dotado de *bravura* e o imigrante europeu propenso ao trabalho) e *apagou* dela quem não lhe convinha (o *elemento negro* e o colonizador espanhol²⁵). Entre determinismos e hipóteses pautadas em valores morais, Docca corroborou com a tendência nacionalista que se punha em voga na historiografia do pós-1920.

Os significados da Farroupilha para além das *matrizes*

Conforme mencionamos mais acima, Gutfreind (1992) pauta sua análise na existência de duas “matrizes” de interpretação, uma delas denominada *platina*, outra chamada *lusitanista*. A primeira delas é onde se enquadraria Varela, que aceita e discorre a respeito de contatos entre o Rio Grande e o Prata. A segunda, predominante no IHGRGS, concebe o elemento português como proeminente na *formação* do Rio Grande. Sem dúvida, as considerações da autora são de grande valia, mas a percebemos um tanto ultrapassadas, uma vez que a produção historiográfica mais recente, sobre a Farroupilha, acrescentou outros vieses, que superam a dicotomia que as matrizes propõem.

A Farroupilha, para além das matrizes, passou a ser interpretada e refletida pelo viés da memória e das representações que ela propunha e sugeria. A autora Sandra Pesavento, por

²¹ Os temas elencados por Docca foram as Bandeiras e os bandeirantes, a Companhia de Jesus e a vida do *povo heroico* vindo de Portugal, ou seja, a busca de um remonte às origens e do desenvolvimento posterior com ênfase à atuação portuguesa.

²² Privilegiava as “fatalidades do meio”, a ideia de conseguir definir algo *a priori*.

²³ São os três estados do espírito humano, propostos por Victor Cousin: sensorial, perceptivo e de compreensão. C.f. GORTE (2018)

²⁴ Em alusão à sua orientação pautada no positivismo.

²⁵ A colonização espanhola foi *apagada* do Rio Grande do Sul nos escritos de Souza Docca. Como se justificaria que a região platina não exercia influência no Brasil, especificamente no sul, se ambas as regiões possuísem um colonizador comum, que influenciara sua cultura e *modo de ser*? Esse é o motivo, em nossa interpretação, pelo qual não é mencionada a existência de colônias espanholas no Rio Grande do Sul.

exemplo, fora expoente neste quesito. Em 2009, publicou *Uma certa Revolução Farrroupilha*, onde buscou compreender a construção do mito farrapo, e do fato em si, pelos intelectuais, sobretudo os sul-rio-grandenses ligados ao IHGRGS, a partir das décadas de 1920-30. A autora se debruça sobre o intuito de compreender o porquê de os dez anos de guerra terem sido cristalizados como fato importante na memória e nas representações (SOARES, 2019). Cabe destacar que Pesavento, além de acrescentar à historiografia farrapa uma abordagem de grande valia, diferiu em sua própria forma de perceber o ocorrido.²⁶ A abordagem que Pesavento sugere, assim, vai além da dicotomia de Gutfreind.

Particularmente, pensamos que a Farrroupilha significou um evento importante não somente para a Província de São Pedro, como também para o então Brasil Imperial. Seja entendida como uma revolta da elite contra as taxações e impostos centrais, seja percebida como uma tentativa de autonomia em meio ao todo, acreditamos que ambas as possibilidades podem ser pensadas de maneira dicotômica, acrescentando-se outros vieses na percepção do evento, como questões políticas, interesses locais, etc. Sem dúvidas, as interpretações já existentes, e os vieses de análise já propostos, servem muito mais como estímulo a novos estudos do que como certezas a respeito do decênio farrapo.

Considerações finais

Em meio ao contexto de construção da identidade e do sentimento de pertença, uma finalidade: a de tornar mais conciso e coeso o sentido do nacionalismo. O IHGB e o IHGRGS corroboraram com este intuito da produção historiográfica, uma vez que contaram com intelectuais que escreveram imbuídos da tarefa de promover um Brasil nacionalista, de origens portuguesas. Quando Docca, um dos sócios fundadores do IHGB, produziu seus escritos, ficou evidente que os construtos ideológicos neles presentes conduziam a uma análise embasada mais na finalidade empregada a suas obras, que era a afirmação do nacionalismo, do que no compromisso real com o ocorrido, característica fundamental do *historiar*. Evidenciamos em Docca o incipiente desejo de *aportuguesar* o Brasil e *abrasileirar* o Rio Grande do Sul, numa tentativa de mostrar que o *gaúcho* possuía sentimentos de *brasilidade* em relação ao país, com vistas

²⁶ Em artigo de 1985, intitulado *Uma ideologia dos Farrapos*, Pesavento buscava um desvelamento ideológico do texto, com vistas a perceber a luta de classes existente entre as classes sociais. Por tal viés de interpretação, era necessário considerar as ligações existentes entre os intelectuais e as classes sociais que representavam, sendo que os primeiros eram considerados como difusores dos ideais das classes dominantes. A ciência, assim, teria como função a manutenção da *superestrutura* (SOARES, 2019).

a tornar implausível a ideia de separatismo da Revolução Farroupilha. A ênfase ao caráter de bravura e coragem do *gaúcho* vai de encontro à justificação dos conflitos nos quais a então *província de São Pedro* esteve envolvida, alegando que esse envolvimento se dava *em nome do país*, ou seja, com vistas a manter as fronteiras seguras, e não a obter possessões nas áreas externas às fronteiras. Considerando esses embates entre sulinos e *castelhanos*, Docca acabava por contradizer-se; se, por um lado, alegava a não-influência platina sobre os sul-rio-grandenses, por outro explicitava suas relações de conflito. Ou seja, mesmo não admitindo influências e relações entre as “duas áreas”, percebe-se que havia em seu pensamento a ciência de que, de alguma maneira, teria existido o intercâmbio entre *gaúchos* e *platinos*, mesmo que por meio de campanhas bélicas.

Alfredo Varela, por sua vez, escreveu considerando influências platinas, as mais variadas. Seus escritos, em parte, conectam-se à sua experiência de infância, uma vez que cresceu no contexto fronteiriço, o que fez com que percebesse desde cedo os movimentos *para lá e para cá* entre sul-rio-grandenses e platinos. Sua tese não corroborava com a operação historiográfica dominante, ou seja, com o intuito do IHGB e do IHGRGS de exaltar o sentimento nacional e de pertença, uma vez que o autor defendia o separatismo da Revolução Farroupilha. Por isso, suas obras foram refutadas pelo Instituto, mesmo que tenham passado por este, e tal ação foi claramente explicada pelo IHGRGS; este último fez questão de enfatizar que não concordava com os escritos de Varela. Seus escritos estiveram permeados por uma carga determinista, que harmoniza homem e meio, bem como a consciência de que a historiografia brasileira daquele contexto estava carregada por ideias de nacionalismo, sendo este o princípio fundamental da produção intelectual. Varela esteve ligado ao que Ieda Gutfreind chamou *matriz platina* da historiografia, que, considerando as influências e os intercâmbios platinos, não teve espaço na produção historiográfica de seu contexto, que, por sua vez, era marcado pelo nacionalismo, pela construção da *brasilidade* e, ainda, pela afirmação da *lusitanidade*, que evocava uma origem única aos brasileiros, e constituía o *mito das origens* que daria base à ideia de pertença e identidade.

É perceptível, portanto, a existência de dois pontos fundamentais de divergência entre a escrita da História dos dois autores: a intenção dos Farrapos (separatismo, para Varela; federativo, para Docca) e as relações entre Rio Grande do Sul e área platina (para Varela existentes, inclusive fluidas e com contatos culturais variados; para Docca, admitidas apenas quando do contato por via belicosa, sem mais aspectos).

Referências

- ALVES, Leonardo de Carvalho; OLIVEIRA, Adriana P. de; CORREA, Leonardo S. Importância do IHGB para a formação da memória nacional e a Ideia de uma nação brasileira. **I Seminário Científico da FACIG**, Manhuaçu, 2015, p. 2.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mario W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Debates política, n. 64).
- ARMANI, Carlos Henrique. **Oficina do Historiador: A História da historiografia no Rio Grande do Sul e a escrita do tempo da nação: um estudo de caso**. Edipucrs: Porto Alegre, 2012, p. 193-207.
- _____, Carlos Henrique. *Identidade nacional e fragmentação no Brasil dos anos 20-40: o caso de Emílio de Souza Docca*. 2002. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.
- BERNARDI, Mansueto. *Obras completas: a revolução de 1930 e temas políticos*. Porto Alegre: Sulina/Escola Superior de Teologia de São Lourenço dos Brindes, 1981.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. *Uma província de peso: a escrita da história sul-rio-grandense no século XIX*. In: SOARES, Fabrício A. A.; SILVA, Ricardo Oliveira. *História e historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma: EdiUnesc, 2019.
- BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1982.
- DOCCA, Souza. *Gente Sul-rio-grandense: contribuição para o bicentenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia. Anais do III Congresso Sul-Rio-grandense de História e Geografia: comemoração ao bicentenário da colonização de Porto Alegre*. v. 2. Porto Alegre, Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.
- FERNANDES, Cláudio. *O que foi o Estado Novo? Brasil Escola*, 2016. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-estado-novo.htm>>. Acesso em 24 de março de 2019).
- FUÃO, Juarez José Rodrigues. Alfredo Varella. In: FUÃO, Juarez José Rodrigues. **A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas**. 2009. Tese (Doutorado em História) - UNISINOS, São Leopoldo, 2009.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GORTE, Gabriel Henrique Sydorak. Victor Cousin e a França no século XIX. **XVI Encontro Regional de História**, Paraná, p. 1 - 12, 2018. Disponível em: <http://www.encontro2018.pr.anpuh.org/arquivo/downloadpublic>. Acesso em: 6 abr. 2019.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 22.
- LAYTANO, Dante de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Metrópole. 1979.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo na história do Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LIMA, Alcides. *História Popular do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983

- LUVIZOTTO, Caroline Kraus. O Separatismo no Rio Grande do Sul. In: LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Etnicidade e separatismo no Rio Grande do Sul**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Paulista, Marília, 2003. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/88834/luvizotto_ck_me_mar.pdf?sequence=1. Acesso em: 31 mar. 2019.
- MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. 2015. **Tese (Doutorado em História)** - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 22 ago. 2019.
- NEDEL, Leticia Borges. *Um passado novo para uma história em crise: regionalistas e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. **Tese (Doutorado em História)**, PPGH/ICH, Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15294>. Acesso em: 07/fev/2020.
- ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos: origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- PORTO, Aurélio, red. Coord. Lit. *Terra Farroupilha*. Porto Alegre: Selbach, 1937.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais*. **Revista Tempo**, [S. l.], 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v19n35/aop_mr0055_13.pdf. Acesso em: 6 abr. 2019.
- SCHEIDT, Eduardo. Debates historiográficos acerca de representações de nação na Região Platina. **Revista Eletrônica da Anphlac**, [S. l.], 2006. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1369>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- SCHIMIDT, Benito Bisso. *O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, ed. 41, p. 113 - 126, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a06v2141.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2020.
- SILVA, Jaisson Oliveira da. O particular: Alfredo Varela, historiador da "Grande Revolução". In: SILVA, Jaisson Oliveira da. *A epopeia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução, de Alfredo Varela*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26722>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- SILVA, João Pinto da. *A província de São Pedro; interpretação da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1930
- SILVA, Sarah Amaral. *Da civilização dos pampas à raça de gigantes: relações raciais e regionalismos na construção do gaúcho e do bandeirante na historiografia brasileira dos anos 1940*. **Caderno de Letras**, 2015.
- SOARES, Fabrício Antônio Antunes. *Farrapos de estórias: romance e historiografia da Farroupilha (1841 - 1999)*. Pontifícia Universidade Católica (PUC - RS): **tese de doutorado**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/browse?type=author&value=Soares%2C+Fabr%3%ADcio+Ant%3%B4nio+Antunes>. Acesso em: 15/07/2019.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. *História das narrativas da Farroupilha*. In: _____; MARTINS, Jeferson Teles. *História e Historiografia Sul-rio-grandense*. EdiUnesc: Criciúma, 2019.

VARELA, Alfredo. *Revoluções cisplatinas; a república rio-grandense*. Porto: Chardron, 1915.

VELLINHO, Moisés. *Letras da Província*. Porto Alegre: Globo, 1944

ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. *História e Memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.31, nº62, p. 49-70, 2011.

Acesso em: 27/jan/2020. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a05v31n62.pdf>